



# JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 26 de maio de 2025



Série

Número 94

## Sumário

### PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

#### **Despacho Conjunto n.º 49/2025**

Nomeia em regime de comissão de serviço, o licenciado em Engenharia Civil, José Manuel Correia Martins, como Diretor Regional de Estradas, cargo de direção superior de 1.º grau.

### PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

#### **Despacho n.º 446/2025**

Designa os membros do Governo Regional que fazem parte da Comissão Permanente de Concertação Social, órgão do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira.

### SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### **Despacho n.º 447/2025**

Delega competências no Diretor Regional da Administração da Justiça, Dr. Jorge Eduardo Ferreira de Moura Caldeira de Freitas, ou em quem o legalmente o substitua, sem prejuízo do direito de advocação.

### SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

#### **Declaração de retificação n.º 16/2025**

Retifica o sumário do Despacho n.º 441/2025, de 22 de maio, da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, publicado no Suplemento *do Jornal Oficial*, II Série, n.º 92, que fixa em 12.40 € o valor de cada bloco, em suporte de papel pré-impresso, contendo 100 exemplares de requisições de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, abreviadamente designado por MCDT.

### SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

#### **Despacho n.º 448/2025**

Nomeia em regime de comissão de serviço, a licenciada, Graça Mónica Spínola Nunes como Diretora da Unidade de Apoio Jurídico, de Recursos Humanos e de Contratação Pública, da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, cargo de Direção Intermédia de 1.º grau.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS****Despacho Conjunto n.º 49/2025****Sumário:**

Nomeia em regime de comissão de serviço, o licenciado em Engenharia Civil, José Manuel Correia Martins, como Diretor Regional de Estradas, cargo de direção superior de 1.º grau.

**Texto:**

Considerando que a Direção Regional de Estradas, é um serviço central da administração direta da Região, na dependência da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, que tem por missão assegurar a execução política do planeamento, da concretização e da gestão das infraestruturas rodoviárias da rede regional que não estejam afetas às concessões rodoviárias;

Considerando que o n.º 2 do artigo 13.º do decreto Regulamentar Regional n.º 39/2024, de 9 de dezembro, que aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, estabelece que a Direção Regional de Estradas é dirigida por um diretor regional, cargo de direção superior de 1.º grau;

Considerando que, de modo a garantir o exercício das atribuições e competências daquela Direção Regional, torna-se necessário proceder à nomeação em regime de comissão de serviço, do titular do cargo de Diretor Regional de Estradas;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, na redação introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, diploma que adaptou à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, os cargos de direção superior são providos, por livre nomeação, por um período de 3 anos, de entre licenciados, respetivamente, há, pelo menos, 10 e 8 anos, consoante se trate de cargos de direção superior de 1.º ou 2.º grau, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada ao exercício das respetivas funções;

Considerando que o licenciado em Engenharia Civil José Manuel Correia Martins, reúne os requisitos legais e o perfil adequado ao provimento do referido cargo, conforme nota curricular em anexo.

Assim, ao abrigo do n.º 1 e respetiva alínea a) do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, com a última redação introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, determina-se:

- 1 - Nomear, em regime de comissão de serviço, no cargo de Diretor Regional de Estradas, cargo de direção superior de 1.º grau, o licenciado em Engenharia Civil José Manuel Correia Martins.
- 2 - A presente nomeação produz efeitos a 1 de junho de 2025.

Esta despesa tem cabimento orçamental na rubrica: Secretaria 48, Capítulo 01, Divisão 03, Subdivisão 00, Classificação Económica D.01.01.03.A0.00, D.01.01.11.A0.00, D.01.01.13.A0.00, D.01.01.14.SF.A0, D.01.01.14. SN.A0 e D.01.03.05.A0.BO para o ano 2025.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, aos 16 dias do mês de maio de 2025.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS, Pedro Alexandre Fagundes de Freitas Rodrigues

**ANEXO****Nota Curricular**

Nome: José Manuel Correia Martins

Data de Nascimento: 08 de julho de 1974

Nacionalidade: Portuguesa

**FORMAÇÃO ACADÉMICA:**

- Pós-Graduação em Gestão Empresarial / Executive Master in Business Management, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, em setembro de 2010;
- Licenciatura em Engenharia Civil, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em setembro de 2006;
- Gestão de Projectos - Unidade curricular da Pós-Graduação / Mestrado Executivo em Gestão Empresarial, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, em janeiro de 2011;
- Certificate in Advanced English (Council of Europe Level C1), pela University of Cambridge - ESOL Examinations, em junho de 2013;

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

- Formação na área específica de SCIE para elaboração de projetos e planos de 3.ª e 4.ª categoria de risco, pela Comunilog Consulting, Lda., em dezembro de 2018;
- Introdução à Reabilitação de Edifícios Antigos, pela FUNDEC - Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil e LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em junho de 2018;

- Curso de Projectista de Redes de Gás, pela ACIV - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em novembro de 2006;
- Utilização de Agregados em Vias de Comunicação, pela FUNDEC - Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil e LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em outubro de 2006;
- Planeamento Integrado de Prazos e Custos de Projectos com Microsoft Project, pela FUNDEC - Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil e LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em outubro de 2006;
- Cálculo Automático de Estruturas, FTG - Formação Tecnológica e Gás, Lda., em outubro de 2006;
- Armaduras Passivas para Obras de Betão Pronto, pela QSP - Qualidade Siderúrgica Portuguesa, em dezembro de 2005.

**HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS:**

- Membro Efetivo da Ordem dos Engenheiros, desde agosto de 2009, inscrito na Secção Regional da Madeira, com o Nível de Qualificação Sénior.

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:**

- Diretor de Serviços de Obras, na Direção Regional de Estradas, Governo Regional da Madeira, desde 20 de novembro de 2019, onde desempenha funções de gestão, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica na área da Engenharia Civil e de atuação da Direção de Serviços de Obras, nomeadamente:
- Fiscalização da execução de projetos de construção, assegurando as interfaces técnicas e operacionais entre os intervenientes na execução das obras e entidades terceiras interessadas;
- Receções provisórias e definitivas das obras, bem como análise e validação das telas finais das obras do Serviço;
- Colaboração na elaboração e verificação das peças de procedimento contratuais referentes a área técnica de engenharia;
- Participação como Júri em concursos de empreitadas de obras públicas e de prestações de serviço;
- Preparação dos elementos necessários à elaboração dos Planos de Investimentos Plurianuais dos empreendimentos atribuídos à Direção de Serviços de Obras;
- Gestor dos contratos afetos à Direção de Serviços;
- Representante da Fiscalização das empreitadas em execução pela Direção de Serviços;
- Gestão das atividades necessárias à realização física dos empreendimentos em todas as suas fases (Contratação, Fiscalização da Construção, Controlo de Qualidade e Elaboração de contas finais);
- Atribuição, controlo do progresso e verificação do cumprimento das tarefas distribuídas aos diversos colaboradores da equipa;
- Coordenação e colaboração com as restantes Direções de Serviços, da Direção Regional de Estradas, para a resolução dos assuntos em comum com a Direção de Serviços de Obras;
- Responsável hierárquico pelo desempenho, eficiência e eficácia da Direção de Serviços de Obras.
- Técnico Superior (Engenharia Civil), na Direção Regional de Estradas, Governo Regional da Madeira, de 15 de fevereiro de 2013 a 20 de novembro de 2019, onde desempenhou funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e científica na área da Engenharia Civil e de atuação da Direção de Serviços de Obras, nomeadamente:
- Fiscalização da execução de projetos de construção, assegurando as interfaces técnicas e operacionais entre os intervenientes na execução das obras e entidades terceiras interessadas;
- Receções provisórias e definitivas das obras, bem como análise e validação das telas finais das obras acompanhadas;
- Colaboração na elaboração das peças de procedimento contratuais referentes a área técnica de engenharia;
- Participação como Júri em concursos de empreitadas de obras públicas e de prestações de serviço;
- Preparação dos elementos necessários à elaboração dos Planos de Investimentos Plurianuais dos empreendimentos atribuídos à Direção de Serviços de Obras.
- Técnico Superior, na área de Engenharia Civil, RAMEDEM - Estradas da Madeira, S.A., de 2 de maio de 2007 a 14 de fevereiro de 2013, onde desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades na Direção de Obras:
- Fiscalização e controlo da execução de projetos de construção;
- Receções provisórias e definitivas de obras; bem como análise e validação das telas finais das obras acompanhadas;
- Colaboração na elaboração das peças de procedimento contratuais referentes a área técnica de engenharia;
- Participação como Júri em concursos de empreitadas de obras públicas e de prestações de serviço;
- Preparação dos elementos necessários à elaboração dos Planos de Investimentos Plurianuais dos empreendimentos atribuídos à Direção de Serviços de Obras.

**CONHECIMENTOS INFORMÁTICOS:**

- Bons conhecimentos na óptica de utilizador dos programas Microsoft Project, Autocad, CypeCad, Sistemas Operativos Windows, Word, Excel, PowerPoint, Outlook.

Funchal, 16 de maio de 2025.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**

**Despacho n.º 446/2025**

**Sumário:**

Designa os membros do Governo Regional que fazem parte da Comissão Permanente de Concertação Social, órgão do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira.

Texto:

Considerando que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/M, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a Comissão Permanente de Concertação Social, órgão do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira, é composta, nomeadamente, por dois membros do Governo Regional, designados por Despacho do Presidente do Governo Regional;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do referido diploma, a Comissão Permanente de Concertação Social é presidida pelo Presidente do Governo Regional ou por um Secretário Regional em que ele delegar;

Considerando que, através do Despacho n.º 444/2024, de 20 de setembro, foram nomeados os membros do Governo Regional na referida Comissão;

Considerando que, contudo, urge proceder a uma nova nomeação dos membros do Governo Regional na referida Comissão, em face da tomada de posse dos membros do XVI Governo Regional da Madeira.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/M, de 15 de janeiro, na sua redação atual, determino:

1. Designar os seguintes membros do Governo Regional na Comissão Permanente de Concertação Social, órgão do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira:
  - a) Jorge Maria Abreu de Carvalho, Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia;
  - b) Paula Cristina Baptista Margarido, Secretária Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude.
2. Delegar na Secretária Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, Paula Cristina Baptista Margarido, as funções de presidente da Comissão Permanente de Concertação Social.
3. Revogar o Despacho n.º 444/2024, de 20 de setembro.
4. O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Governo Regional, no Funchal, aos 22 dias do mês de maio de 2025.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

## SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### Despacho n.º 447/2025

Sumário:

Delega competências no Diretor Regional da Administração da Justiça, Dr. Jorge Eduardo Ferreira de Moura Caldeira de Freitas, ou em quem o legalmente o substitua, sem prejuízo do direito de avocação.

Texto:

Considerando que a Direção Regional da Administração da Justiça tem por missão dirigir, orientar e coordenar todos os serviços dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e do notariado da Região Autónoma da Madeira;

Considerando que os serviços da sobredita Direção Regional compreendem um elevado número de trabalhadores;

Considerando que a Direção Regional da Administração da Justiça é um órgão hierarquicamente dependente do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia;

Tendo em consideração que por tal facto, há um elevado número de procedimentos que diariamente têm de ser objeto de despacho do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia;

Considerando por último, que, no âmbito das suas atribuições, a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia tem a tutela de uma diversidade de sectores, urge libertar o Secretário Regional de determinados procedimentos de natureza meramente administrativa.

Assim, ao abrigo do artigo 3.º, n.º 1, al. f), do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2025/M, de 5 de maio, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, adaptada à RAM pelo Decreto Legislativo Regional no 5/2004/M, de 22 de Junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e n.º 27/2006/M, de 7 de julho, e artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, determino:

- 1 - Delegar, no Diretor Regional da Administração da Justiça, Dr. Jorge Eduardo Ferreira de Moura Caldeira de Freitas, ou em quem legalmente o substitua, sem prejuízo do direito de avocação, a competência para:
  - a) Autorizar a prestação e pagamento de trabalho suplementar dos trabalhadores dos serviços centrais, serviços de apoio e serviços externos da Direção Regional da Administração da Justiça (DRAJ);
  - b) Autorizar o uso do logótipo a cores da DRAJ e dos serviços externos;
  - c) Autorizar as deslocações em serviço dos trabalhadores dos serviços centrais, serviços de apoio e serviços externos da DRAJ;
  - d) Autorizar o uso de viatura própria nas deslocações em serviço dos trabalhadores dos serviços centrais, serviços de apoio e serviços externos da DRAJ;
  - e) Autorizar a mobilidade de pessoal entre os diversos serviços da DRAJ;
  - f) Autorizar a abertura e demais procedimentos dos processos de concursos internos relativos aos trabalhadores dos serviços externos da DRAJ;
  - g) Praticar todos os atos subsequentes à abertura de procedimentos concursais;

- h) Celebrar Contratos de trabalho em funções Públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores dos serviços da DRAJ;
- i) Celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo certo ou nomeação em comissão de serviço, no âmbito do protocolo celebrado com o Instituto de Registos e Notariado, IP.
- j) Autorizar a acumulação de funções dos trabalhadores da DRAJ;
- k) Fixar os períodos de funcionamento e atendimento dos serviços externos da DRAJ;
- l) Autorizar os horários de trabalho a praticar pelos trabalhadores a exercer funções na DRAJ;
- m) Autorizar a mobilidade de trabalhadores, a sua prorrogação, consolidação e regresso antecipado;
- n) Autorizar o crédito de horas legalmente previsto para os membros da direção de associação sindical;
- o) Despachar folhas de processamento de vencimentos;
- p) Assinar as guias de reposição de vencimentos dos trabalhadores da DRAJ;
- q) Determinar a reposição de quantias indevidamente recebidas, bem como promover as diligências necessárias à respetiva execução;
- r) Autorizar a reposição de quantias indevidamente recebidas, em prestações;
- s) Autorizar o exercício de funções externas dos trabalhadores e dirigentes.

2 - Ratificar todos os atos praticados no âmbito das competências ora delegadas, desde 15 de abril do presente ano até à publicação do presente despacho.

Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, 22 de maio de 2025.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Jorge Maria Abreu de Carvalho

## **SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL**

### **Declaração de retificação n.º 16/2025**

#### **Sumário:**

Retifica o sumário do Despacho n.º 441/2025, de 22 de maio, da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, publicado no Suplemento do *Jornal Oficial*, II Série, n.º 92, que fixa em 12.40 € o valor de cada bloco, em suporte de papel pré-impresso, contendo 100 exemplares de requisições de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, abreviadamente designado por MCDT.

#### **Texto:**

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 208/82, de 31 de dezembro, declara-se que, por ter sido publicado com inexatidão no Suplemento do JORAM, II Série, n.º 92, de 22 de maio, o sumário do Despacho n.º 441/2025, de 21 de maio, da Secretária Regional de Saúde e Proteção Civil, que procedeu à alteração do valor de cada bloco, em suporte de papel pré-impresso, contendo 100 exemplares de requisições de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, procede-se à sua retificação:

Assim,

#### **Onde se lê:**

“Sumário:

Aprova o modelo de requisição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, designado por MCDT, em suporte de papel pré-impresso, destinado à prescrição de exames/actos terapêuticos.”

#### **Deverá ler-se:**

“Sumário:

Fixa em € 12.40 o valor de cada bloco, em suporte de papel pré-impresso, contendo 100 exemplares de requisições de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, abreviadamente designado por MCDT.”

A presente retificação produz efeitos à data de produção de efeitos do despacho retificado.

Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, no Funchal, aos 23 dias do mês de maio de 2025.

A SECRETÁRIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL, Micaela Cristina Fonseca de Freitas

## **SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**

### **Despacho n.º 448/2025**

#### **Sumário:**

Nomeia em regime de comissão de serviço, a licenciada, Graça Mónica Spínola Nunes como Diretora da Unidade de Apoio Jurídico, de Recursos Humanos e de Contratação Pública, da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, cargo de Direção Intermédia de 1.º grau.

## Texto:

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3-B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, na sequência da proposta de nomeação do júri do procedimento concursal, aberto pelo Aviso n.º 532/2024, publicado no JORAM, II Série, n.º 229, de 17 de dezembro.

Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 5.º e dos n.ºs 11 e 12 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, e da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016 de 20 de junho, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 114/2017, de 29 de dezembro, 49/2018, de 14 de agosto, 71/2018, de 31 de dezembro, 6/2019 de 14 de janeiro, 79/2019, de 2 de setembro, 82/2019, de 2 de setembro e 2/2020, de 31 de março, e pelos Decretos-Leis n.ºs 6/2019, de 14 de janeiro, 51/2022, de 26 de julho e 84-F/2022, de 16 de dezembro determino:

- 1 - Nomear, em regime de comissão de serviço, para o cargo de Direção Intermédia de 1.º grau, de Diretora da Unidade de Apoio Jurídico, de Recursos Humanos e de Contratação Pública, da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, a licenciada Graça Mónica Spínola Nunes.
- 2 - O presente despacho produz efeitos imediatos.

A presente despesa tem cabimento orçamental na classificação económica D.01.01.03.A0.00, D.01.01.11.A0.00, D.01.01.13.A0.00, D.01.01.14.SF.A0, D.01.01.14.SN.A0, D.01.03.05.A0.B0.

Secretaria Regional das Finanças, aos 20 dias do mês de maio de 2025.

O SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, Duarte Nuno Nunes de Freitas

## ANEXO

## Nota Curricular

## I - Dados pessoais:

Nome: Graça Mónica Spínola Nunes

Nacionalidade: Portuguesa

## II - Formação académica e complementar:

- Licenciatura em Direito, pela Universidade do Minho;
- Mestrado em Gestão e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Frequência de Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos Públicos, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados.

## III - Funções desempenhadas:

- De 2009 a 2015, exerceu funções como técnica superior no Gabinete Jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;
- De 2015 a 2016, desempenhou as funções como técnica superior da Direção de Serviços Jurídicos do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Pescas;
- De 2016 a 2017, exerceu funções, em comissão de serviço, de Chefe da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, no Departamento Financeiro da Câmara Municipal do Funchal;
- De 2017 a 2020, desempenhou funções, em comissão de serviço, de subgerente da Unidade de Gestão do Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira; De 2020 a 2021, desempenhou funções, em comissão de serviço, pelo período de um ano, de Chefe de Divisão da Contratação Pública e Gestão do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- De 2021 a 2024, desempenhou funções, em comissão de serviço, pelo período de três anos, de Chefe de Divisão da Contratação Pública e Gestão do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e da Secretaria Regional de Agricultura e Ambiente;
- Em 2024, desempenhou funções, em comissão de serviço, de Chefe de Divisão da Contratação Pública do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente.

## IV - Formação profissional:

- Curso de formação profissional “A revisão de 2022 do regime de formação e execução de contratos públicos”, ministrado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, em 2022; - “Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP)” - 9.ª Edição, ministrado pelo INA - Instituto Nacional de Administração, I.P, em 2022;
- Curso de formação profissional “LTFP: Processo Disciplinar”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Modernização Administrativa, em 2021;

- Curso de formação profissional “Alterações ao Código dos Contratos Públicos”, ministrado pela Skillmind, Observatório das Autarquias Locais e Guedes de Noronha, Lda., em 2020;
- Curso de formação profissional “Contratação Pública: Execução de Contratos”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Modernização Administrativa, em 2018;
- Curso de formação profissional “Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Região Autónoma da Madeira”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Modernização Administrativa, em 2018;
- Curso de formação profissional “Contratos de Aquisição de Serviços - Orçamento de Estado 2017”, ministrado pela Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2017;
- Curso de formação profissional “Código dos Contratos Públicos - Principais alterações do Anteprojeto”, ministrado pela Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2016;
- Curso de formação profissional “Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso”, ministrado pela Business School Coimbra, em 2016;
- Curso de formação profissional “Legística: Preparação Técnica e redação de Leis e Regulamentos”, ministrado pela Direção Regional, pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2015;
- Curso de formação profissional “O Código de Procedimento Administrativo”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2015;
- Curso de formação profissional “O Contencioso Administrativo”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2014;
- Curso de formação profissional “O Código dos Contratos Públicos: Regime substantivo e o contencioso dos contratos”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2014;
- Curso de formação profissional “Contratos Públicos - Análise das propostas”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2013;
- Curso de formação profissional “Compras públicas: Como candidatar-se a concursos nacionais e de instituições da UE”, ministrado pela ACIF em parceria com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, em 2013;
- Curso de formação profissional “Novas Regras do Trabalho”, ministrado pela ACIF em parceria com a Morais Leitão, Galvão Teles e Soares da Silva & Associados, em 2012;
- Curso de formação profissional “A Nova Lei do Arrendamento Urbano”, ministrado pela ACIF em parceria com a Morais Leitão, Galvão Teles e Soares da Silva & Associados, em 2012;
- Curso de formação profissional “O Contrato de Empreitada de Obras Públicas - Da Formação à Execução”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2011;
- Curso de formação profissional “Workshop Prático da Contratação Pública”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2010;
- Curso de formação profissional “Feitura das Leis”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2010;
- Curso de formação profissional “O Código dos Contratos Públicos - Regime Substantivo e o Contencioso dos Contratos”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2010;
- Curso de formação profissional “Contratação Pública”, ministrado pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, em 2010;
- Curso de formação profissional “O Novo Regime da Contratação Pública (CCP)”, ministrado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, em 2009;
- Curso de formação profissional “O Novo Código dos Contratos Públicos: Aspetos Essenciais”, ministrado pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados, em 2008.

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda .....	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas .....	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas .....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas .....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas .....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

## ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	<b>Anual</b>	<b>Semestral</b>
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries.....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa .....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA  
IMPRESSÃO  
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial  
Gabinete do Jornal Oficial  
Número 181952/02

Preço deste número: € 2,44 (IVA incluído)